

Comunidade africana no Brasil

António Loja Neves

O Espelho de África, Imagem e Realização: Miguel Vale de Almeida; Pesquisa Antropológica: M. Vale de Almeida, com Susana Matos Viegas; Montagem: Catarina Mourão; Mistura de Som: Nuno Carvalho; Pós-Produção Vídeo: Azul SPI.

TUDO COMEÇOU HÁ QUINHENTOS ANOS. E AINDA está tanto para escrever e analisar sobre isso. Sobre a forma como os mundos – o velho e os novos, seguindo uma terminologia já de si eurocêntrica – se encontraram, se confrontaram, se entrecrocaram e evoluíram depois disso, apesar disso.

Numa colonização existe sempre opressão. Opressão de hábitos, de costumes, de tradições, a opressão sobre a expressão profunda da identidade do povo ou povos que se quedam humilhantemente dominados. Mas o objecto que nos traz à escrita – *O Espelho de África*, um documentário de Miguel Vale de Almeida –, tem raízes num fenómeno muito mais doloroso que o colonialismo: o do tráfico de escravos entre as duas margens do Atlântico, perpetrado pelos portugueses.

O que o autor, antropólogo, queria inicialmente era trabalhar «sobre a experiência de ser negro centenas de anos depois de os seus antepassados terem feito a primeira greve de que há notícia, no engenho de Santana». Centenas de anos após chegarem ao território do Brasil as primeiras levas de africanos escravos para garantirem a mão-de-obra nos trabalhos dos engenhos açucareiros e na extracção do ouro, quando a sociedade brasileira se afirma e o poder apregoa a igualdade, como se sentem os descendentes de africanos, os descendentes dos escravos negros? Como é, realmente, essa coordenada imprecisa que se convencionou chamar de civilização afro-brasileira?

É este um dos objectivos do filme, que nasce de materiais avulsos retirados de uma análise *in loco* com a finalidade da escrita de um livro.

Um trabalho de campo pressupõe organizado processo de notas – os característicos cadernos –, frequentemente acompanhados de decisivos desenhos, quando o antropólogo tem queda artística. Vale de Almeida optou por instrumento mais moderno, uma câmara amadora



de vídeo, inicialmente apenas para complementar os seus apontamentos escritos, depois num fluente registo de depoimentos e de imagens de actividades do quotidiano ou dos blocos carnavalescos – demonstração de vitalidade de uma cultura autónoma negra que desejava analisar.

Deixaremos de parte a qualidade fotográfica – o autor não é um técnico de cinema, nem o material utilizado ajuda – do que se apresenta aqui enquanto documentário; trataremos mais o objecto como um documento.

Estamos em Ilhéus, Estado da Bahia, onde se desenvolve uma das componentes firmes do Movimento Negro brasileiro. Eis um movimento quase desconhecido, mas que vem impondo uma certa reflexão em torno da sociedade brasileira. Claro que é incómodo e se confronta com resistências entre as esferas oficiais, mas o seu discurso vem-se impondo, nomeadamente através da adesão de figuras públicas importantes: Zézé Motta e Milton Rodrigues, por exemplo, e muitos mais artistas, modelos, desportistas, sindicalistas, políticos.

Ser negro num país multicolorido e pluricultural como o Brasil é ainda um destino diferente. Bater-se por uma carreira, lutar contra uma certa segregação, difusa mas omnipresente, defender uma cultura. Todos os entrevistados de *O Espelho de África* alertam também para isso. Um professor universitário e pai-de-santo, Ruy Póvoas, lembra uma evidência que alguns preferem encobrir: «*Estas coisas são assim porque eu sou assim, e eu próprio sou assim porque estas coisas são assim*». Que coisas? Uma sabedoria ancestral, uma postura, uma crença, a fé, o ritmo (claro), a música, e uma prática quotidiana semeada em mil gestos, opções, sentimentos, pulsões.

Em Ilhéus, o Movimento conseguiu ser uma força não só cultural, mas com expressão política: o vereador da área da Cultura é um negro

seu militante. Mas as coisas não ficaram melhores por isso. Sem dinheiro, nada a fazer.

E, no entanto, exactamente porque sentem o que é ser «margem» da sociedade, o movimento impõe-se socialmente, mau grado as suas fragilidades e incongruências internas. Dispõem de um Conselho de Entidades afro-culturais de Ilhéus, vivem aspectos profundos da sua espiritualidade, afirmam-se artisticamente. E preparam os Blocos Carnavalescos.

À medida que o filme nos permite uma visão interna dessas vivências, percebemos que nem a questão da postura política, tão-pouco a presença social, nem sequer a prática espiritual-religiosa nos terreiros de candomblé são elementos suficientes para compor a afirmação cultural negra. E se Vale de Almeida pretendeu, inicialmente, separar águas e distanciar o olhar do que pareceria mero esboço folclórico – a participação no Carnaval –, foi finalmente levado a distinguir o mero desfile carnavalesco de uma outra prática que se estendia por todo um ano de preparativos: estes blocos são organizados com uma profunda adesão popular, um cuidado enorme, um orgulho interior que leva à integração com consciência de que a coisa pesa muito mais do que o simples voto lúdico: a comunidade reconhece aos blocos que eles representam um momento decisivo da sua afirmação e da amostragem dos tópicos da sua cultura. Val, o vereador negro, afirma, a dado momento do registo: *«A maioria dos negros brasileiros não tem consciência da cultura negra, das suas raízes, nem quando dança»*. Assim, o Movimento emancipalista luta contra a segregação social e contra a indiferença ou desconhecimento dos seus próprios irmãos, o que torna a empresa ainda mais trabalhosa.

É por isso que os temários dos blocos carnavalescos têm um cariz de intervenção: são os das raízes, ou das vivências, ou mesmo o da denúncia das iniquidades. A massiva participação popular passa desde logo por esse debate, e



depois pela composição dos trajes e carros, pelo desenvolvimento e aprendizagem dos gestos e passos do enredo.

Um negro, em Ilhéus, tem uma herança e orgulha-se dela. Seja mãe-de-santo, como Dona Gessy, ou activista, como Fralklin, ou rasta, como César, ou dançarina de ballet e afro, como Gleide, do grupo Dilazenze, ela própria neta da mãe-de-santo Ilsa Rodrigues, com origens em Angola, ou mesmo o vereador Val, todo mundo sabe que é preciso caprichar, preocupar-se, lutar



para levar de vencida a afirmação dos seus valores. Até porque, no dizer de um deles, *«racismo no Brasil é político e constitui um prisma multifacetado, levado na sacanagem, na piada com bom humor»*, que parece inofensiva e amiga, mas detém e transmite o preconceito. E remata: *«O negro não consegue posição privilegiada, mas vai vivendo»*, sempre dá para viver, *«e ele pensa que está bem assim»*.

É por isso que *«muitos afrobrasileiros resistem com o que têm: dão o corpo ao manifesto»*.

Em Ilhéus, isso significa ter de impor os seus valores no quotidiano; e através dos blocos carnavalescos. Os blocos, uma actividade que se alonga por meses – *«o que interessa é a viagem até lá, o próprio caminho, e esse caminho é como uma tomada de consciência»*, destaca Miguel Vale de Almeida –, tornam-se uma verdadeira escola, de dança, de música, de debate. E também de princípios, deseja-se: há quem não esteja interessado em participar de bloco que não possua uma firme ideologia.

Na cidade, há dois tipos de blocos carnavalescos: os Trios Eléctricos, apoiados por empresas de espectáculos e com som eléctrico, fins comerciais e atraindo os turistas (como em outros carnavais, por exemplo, o do Recife); e os Blocos Afro, dependendo dos subsídios oficiais à cultura para poderem ser mais vistosos e imponentes, mas onde os participantes, predominantemente negros, fazem sacrifícios significativos para poderem participar e se divertir. O que já traz em si a crítica daqueles que reclamam: *«Ué! quem não tem reais não se diverte...»* Um aflitivo suspiro contra o ciclo vicioso que vem enredando os passos dados com tanta persistência pelos activistas negros de Ilhéus...

É toda esta riqueza que *O Espelho de África* espreita e dá à nossa cogitação. Não apresenta soluções, não pede soluções, dá a conhecer, permite aprofundar com dados directos aquilo que é, na boca dos deponentes, a continuação de uma saga cimentada de tragédia e de estoicismo há cerca de cinco séculos. E quem não se importar por este traço indelével da cultura brasileira, passa ao lado de um factor essencial que é matriz de um povo e de uma nação e que, nos três vértices do triângulo histórico, compõe uma herança que é a dos afrobrasileiros, mas que também é nossa, se quisermos assumir as diatribes da História, por muito custosa que ela seja.